



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

LEI COMPLEMENTAR Nº. 039 DE 20 DE MARÇO DE 2001

Dispõe sobre a Organização do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos, Cria o Instituto de previdência dos Servidores Públicos de Bom Jardim, e dão outras providencias.

(Lei original publicada no Jornal Noticias Classitudo em 26/04/2001, edição 542)

Faço saber que a Câmara Municipal de Bom Jardim aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 1º O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim, organizado na forma desta Lei tem por finalidade assegurar, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento.

Art. 2º O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim, de filiação obrigatória será mantido pelo Município, por seus Poderes, pelas autarquias e fundações municipais e pelos segurados ativos, conforme Lei específica.

Art. 3º O Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim rege-se pelos seguintes princípios:

I . universalidade de participação nos planos previdenciários;

II. irredutibilidade do valor dos benefícios;

III. veda criação, majoração ou extensão de qualquer beneficio sem a correspondente fonte de custeio total;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

IV. custeio da previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos empregadores e da contribuição compulsória dos segurados ativos;

V. subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios mínimos a critérios atuariais, tendo em vista a natureza dos benefícios;

VI. previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;

VII. valor mensal das aposentados e pensões não inferior ao salário mínimo.

CAPITULO II

Dos Beneficiários

Art. 4º os beneficiários do regime de previdência social de que trata esta Lei classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

Seção I

Dos Segurados

Art. 5º Consideram-se segurados obrigatórios, os servidores públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público é excluído do regime de previdência de que trata esta lei.

Subseção

Da Inscrição I

Art.6º A inscrição do servidor junto ao regime de previdência social de que trata esta lei decorre automaticamente do seu ingresso no serviço público do município de Bom Jardim.

Parágrafo único. Os servidores municipais elencadas no art. 5º desta lei que estejam em exercício no início da vigência desta lei e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos terão suas inscrições procedidas automaticamente.

Subseção II

Do Cancelamento de Inscrição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Art. 7º Será cancelada a inscrição do seguro que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Bom Jardim.

Seção II Dos Dependentes

Art. 8º Consideram-se beneficiários do regime de previdência social de que trata esta lei, na condição dependentes do segurado:

- I. o conjugue, a companheira ou o companheiro;
- II. o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido; (Redação dada pela L.C. 088)
- III. os pais.

§ 1º A existência de dependentes elencadas nos incisos 1 e 11 deste artigo exclui do direito às prestações os dependentes previstos no inciso 11.

§ 2º Equiparam-se o filho, nas condições do inciso 11, mediante declaração do segurado, desde que não tenha qualquer vinculação previdenciária, quer como segurado quer como beneficiário dos pais ou de outrem:

- a) o enteado;
- b) o menor que, por determinação judicial, esteja sob a sua guarda;
- c) o menor que esteja sob a sua tutela e não possua condição suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com segurado ou com a segurada.

§ 4º União estável é aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciado ou viúvos, ou tenham filhos em comum, enquanto não se separarem.

§ 5º A dependência econômica das pessoas elencadas nos incisos I e II deste artigo é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos no inciso III.

Subseção I Da Inscrição

Art. 9º Incumbe ao segurado a inscrição de dependente junto ao regime de previdência social de que trata esta lei, simultaneamente a seu ingresso no serviço público municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Subseção II

Do Cancelamento da Inscrição

Art. 10 O cancelamento da inscrição de dependente ocorrerá:

I. para o cônjuge, pela separação judicial ou divorcio sem direito a alimentos, ou em face de certidão de anulação de casamento, separação judicial com sentença transitada em julgado, ou certidão de óbito;

II. para a (o) companheira (o) pela revogação de sua indicação pelo (a) segurado (a) ou em face da cessação da união estável com o (a) segurado(a);

III. para os dependentes em geral, pelo falecimento.

Subseção III

Da Perda de Qualidade de Dependente

Art. 11 A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I. para o cônjuge, pela separação judicial ou pelo divorcio, desde que não lhe tenha sido assegurada a percepção de alimentos, ou pela anulação do casamento;

II. para a (o) companheira (o), quando revogada a sua indicação pelo (a) segurado (a) ou pela cessação da união estável com o(a) segurado (a), enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III. para o separado judicialmente com percepção de alimentos, pelo concubinato ou união estável;

IV. para o filho não inválido, a emancipação ou o atingimento de 21 (vinte e um) anos;

V. Para os beneficiários economicamente dependentes, quando cessar esta situação;

VI. Para o inválido, pela cessação da invalidez;

VII. Para o dependente em geral, pelo falecimento ou pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem dependente.

CAPÍTULO III

Seção única

Da Base de cálculo das contribuições

Art. 12 Considera-se base de cálculo das contribuições, para os efeitos desta Lei, o total das parcelas de remuneração mensal percebido pelo segurado, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei, excluídas:

I. as diárias para viagens



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

- II. a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- I. a indenização de qualquer origem;
- II. horas extras;
- III. Adicional de férias;

§ 1º As vantagens recebidas a título de função de confiança, cargo em comissão, local de trabalho e gratificações integrarão a base de cálculo das contribuições para os efeitos desta lei;

§ 2º comporão a base de cálculo dos benefícios de que trata a seção I capítulo I do título II desta Lei, as vantagens a que se referem o parágrafo precedente e sobre os quais tenham incidido contribuições por um mínimo de 05 (cinco) anos anteriores à data da aposentadoria.

§ 3º Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do segurado, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificassem as licenças ou ausências, na forma do disposto neste artigo.

Capítulo IV

Da contagem do tempo de contribuição e de serviço

Art. 13 É garantido ao segurado, para efeito de aposentadoria, a contagem do tempo de contribuição na atividade privada, bem como a decorrente de vinculação de servidor público titular de cargo efetivo, hipótese em que os regimes de previdência social se compensarão financeiramente.

§ 1º A compensação financeira será feita junto ao regime ao qual o servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, conforme dispuser a lei.

§ 2º O tempo de contribuição previsto neste artigo é considerado para efeito de aposentadoria, desde que não concomitante com tempo de serviço público computado para o mesmo fim.

§ 3º As aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição prevista neste artigo deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada ou o de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira.

Art. 14 O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma deste Capítulo será concedido e pago pelo regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

decorrente ao servidor público ou a seus dependentes, observada a respectiva legislação.

Art. 15 Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 15 desta lei para mais de um benefício.

TÍTULO II

Das Prestações em Geral

CAPÍTULO I

Das Espécies de Prestações

Art. 16 O regime de previdência social de que trata esta lei, compreende as seguintes prestações:

I. Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- c) aposentadoria voluntária por implemento de idade;
- d) aposentadoria compulsória por implemento de idade.
- e) Auxílio doença
- f) Licença maternidade e,
- g) Abono família. (Redação dada pela L.C. 088)

II. Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte do segurado;
- b) pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.

§ 1º Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta lei, observadas, no que couber, as normas previstas na Constituição Federal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim e legislação infraconstitucional em compatíveis vigor.

§ 2º Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução do valor total auferido, sem prejuízo de ação penal cabível.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Seção I Dos Benefícios

Subseção I Da Aposentadoria

Art. 17 O segurado de que trata esta lei será aposentado:

- I. por invalidez permanente, sendo os proventos integrais ao tempo de contribuição quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;
- II. compulsória, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- III. voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivos exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria observadas as seguintes condições:
 - a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, com proventos integrais;
 - b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º O provento de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, será calculado levando-se em conta a base de cálculo das contribuições previsto no art. 12 desta Lei.

§ 2º O cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I e II deste artigo, corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração segurado na data da concessão do benefício, por ano de serviço, se homem e um trinta avos, se mulher.

§ 3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso III, “a”, deste artigo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 4º É verdade, a partir de 16 de Dezembro de 1998, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos abrangidos por esta lei, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física, a serem definidos em lei complementar.

§ 5º Na hipótese do inciso I deste artigo, o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação nos termos d lei.

Art. 18 A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato aquele em que o servidor atingir a idade - limite de permanência no serviço ativo.

Art. 19 A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses. (Redação dada pela L.C. 088)

§ 2º expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º O lapso compreendido entre a data de termino da licença e data de publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

§ 4º O ônus financeiro assim como o pagamento da licença a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, serão de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Subseção Da Pensão

Art. 20 Por morte do segurado, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal a partir da data do óbito, de valor correspondente ao do provento do segurado inativo ou ao valor do provento a que teria direito o segurado em atividade, levando-se em conta a base de cálculo das contribuições prevista no art. 13 desta lei, na data de seu falecimento.

Art. 21 Observado o disposto no art. 9º desta lei, as pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária e composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez, emancipação ou maioridade do beneficiário.

Art. 22 Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os beneficiários da pensão temporária.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Parágrafo único. Ocorrendo habilitação somente a pensão temporária o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 23 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5(cinco) anos.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 24 Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 25 Será concedida pensão provisória por ausência ou morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

- I. declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;
- II. desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;
- III. desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

§ 1º Sujeitam-se a comprovação por meios legais os casos previstos nos incisos II e III deste artigo.

§ 2º A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do segurado, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 26 A pensão pela ausência será devida a partir:

- I. da sentença transitada em julgado que reconhecer o estado de ausência ou a morte presumida, retroagindo seus efeitos a partir da data do evento.
- II. Do acidente ou catástrofe, mediante prova inequívoca do fato jurídico.
- III. Do 6º mês da declaração da morte presumida pela autoridade judicial competente.

Art. 27 Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativas de mais de duas pensões.

Seção II

Das Disposições Gerais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Art. 28 O provento de aposentadoria e as pensões não poderão exceder a qualquer título, o valor da remuneração tomado como base par a concessão do benefício ao respectivo segurado, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório.

Art. 29 Além do disposto na Sessão II Capítulo V deste Título, o regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim observara, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS.

Art. 30 O tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido ate a data de entrada em vigor desta lei será contado como tempo de contribuição, sendo vedada qualquer forma de contagem de tempo fictício de contribuição.

Art. 31 É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados bem como aos seus dependentes, nas condições previstas pela legislação em vigor a época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas ou nas condições previstas na legislação vigente até 15 de Dezembro de 1998, aqueles que até aquela data tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

Art. 32 A partir de 16 de Dezembro de 1998, a soma total dos proventos de inatividade, ainda que quando decorrentes de acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - e o montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo, não poderão exceder o valor máximo previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 33 É vedada a partir de 16 de Dezembro de 1998:

I. a percepção simultânea de provento de aposentadoria decorrente desta lei, com remuneração de cargo, emprego ou função publica, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

II. a percepção de mais de uma aposentadoria a conta do regime próprio de que trata esta lei, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.

III. a contagem de tempo de serviço ou de contribuição em dobro, ou qualquer outra forma de contagem de tempo fictício de serviço ou contribuição.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso I do capítulo deste artigo, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, segurados, que até 15 de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo - lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência de que trata esta lei, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o art. 32 desta lei.

Subseção III

Do Auxílio Doença e Acidente de Trabalho

Art. 27 A - O auxílio doença será pago pelo I.P.S.B.J. - Bom Previ ao servidor que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo e;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 27 H - O auxílio acidente de trabalho será regido pelas mesmas regras constantes do auxílio doença. **(Redação dada pela L.C. 088)**

Subseção IV

Da Licença Maternidade

Art. 27 I - Será devido salário-maternidade a segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos.

§ 1º A licença de que trata o caput poderá ser requerida a partir de 28 (vinte e oito) dias anteriores ao parto ou no dia imediatamente anterior a este.

§ 2º A partir do término do 8º (oitavo) mês de gravidez não será devido concessão de auxílio doença e, já estando em gozo desta, será convertida em licença maternidade.

§ 3º O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual a última remuneração contributiva da segurada.

§ 4º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 5º O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 27 -J A segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de menos, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

- I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade,
- II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano e 4 (quatro) anos de idade,
- III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Parágrafo único - Os prazos de que tratam os incisos I ao II deste artigo contar-se-ão a partir da data do requerimento. (Redação dada pela L.C. 088)

Subseção V

Do Abono Família

Art. 27 K - Será devido o abono família, mensalmente, ao servidor aposentado na proporção de números de filhos e equiparados, nos termos do art. 8º, de até 18 (dezoito) anos ou inválidos.

§ 1º Não será devido auxílio doença ao servidor que se filiar ao regime de previdência de que trata esta lei quando já portador da doença ou da lesão, invocadas com a causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º O servidor que no prazo de 60 (sessenta) dias apresentar cumulativamente e alternadamente atestados médicos que totalizem mais de 15 (quinze) dias de afastamento poderão a critério do superior hierárquico se submeter a perícia médica para fins de avaliação de seu estado de saúde.

§ 3º No caso de comprovada por perícia médica a ausência de enfermidade que justifique os afastamentos de que trata o parágrafo anterior serão os dias todos como faltas injustificadas.

Art. 27 B - O auxílio doença será devido ao servidor a contar do décimo sexto dia de afastamento da atividade e enquanto permanecer incapacitado, após a avaliação e parecer da perícia médica municipal, ressalvada a hipótese do art. 27 C e seus parágrafos.

§ 1º Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao afastamento da atividade por motivo de doença ou acidente de trabalho, caberá ao Município pagar ao servidor a remuneração utilizada como base de cálculo para a contribuição previdenciária.

Art. 27 C - O servidor que permanecer em gozo de auxílio doença por prazo superior a 90 (noventa) dias será reavaliado pela Perícia Médica Municipal que analisará as possibilidades de retorno às atividades habituais.

§ 1º Sendo servidor considerado pela Perícia Médica Municipal insusceptível de recuperação para a sua atividade habitual, será submetido a processo de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

readaptação para o exercício de outra atividade ou, se for o caso, aposentado.

§ 2º Não cessará o benefício até que seja dado com habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.

Art. 27 D - O servidor em gozo de auxílio doença, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, será considerado como licenciado para todos os efeitos de direito.

Art. 27 E - O benefício devido ao servidor em gozo do auxílio doença, será igual a última remuneração de contribuição do segurado.

Art. 27 F - Será licenciado, com remuneração contributiva integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 27 G - Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que só relacione, mediata e imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, inclusive as doenças decorrentes do local de trabalho.

Parágrafo Único: Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

Art. 27 L - O valor da cota do abono família por filho ou equiparado de qualquer condição será de R\$ 20,00 (vinte reais).

Parágrafo Único: O valor do abono família referido no caput será corrigido pelo mesmo índice da tabela de vencimentos de cargos e salários do Município.

Art. 27 N - O pagamento do abono família esta condicionada a apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e a apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Art. 27 O - O abono família não se incorporará a remuneração ou ao benefício para qualquer efeito. (Redação dada pela L.C. 088)

Capítulo II Das Disposições Transitórias

Art. 34 Ressalvado o direito de opção pela aposentadoria prevista na sessão II do capítulo V deste Título, o servidor público que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta autarquia ou fundacional, até 15 de Dezembro de 1998, terá assegurado o direito a aposentadoria voluntária com proventos integrais calculados tomando-se em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

conta a base de cálculo das contribuições prevista no art. 13 desta lei, quando, cumulativamente:

- I. contar cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade se mulher;
- II. tiver cinco anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III. contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta anos se homem, e vinte e cinco anos, se mulher;
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, quarenta por cento do tempo que, no dia 16 de Dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 2º O provento da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor máximo que o segurado poderia obter com base na remuneração prevista no art. 13 desta lei, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso III do parágrafo anterior, até o limite de cem por cento.

§ 3º O segurado que, até 15 de Dezembro de 1998, tenha cumprido os requisitos para obter a aposentadoria proporcional somente fará jus ao acréscimo de cinco por cento a que se refere o § 2º se cumprir os requisitos previstos nos incisos I e II do § 1º deste artigo.

§ 4º O professor servidor do município, incluídas suas autarquias e fundações, que até 15 de Dezembro de 1998, tenha ingressado, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no capítulo deste artigo, terá o tempo de serviço exercido até aquela data contada com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

Capítulo III

Das Disposições Relativas às Prestações

Sessão I

Do pagamento dos benefícios

Art. 35 Os benefícios serão pagos em prestações mensais e consecutivas até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao de competência.

Art. 36 O BOM PREVI assumirá os pagamentos dos benefícios de aposentadorias e pensões concedidos anteriormente a entrada em vigor desta lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Art. 37 Os benefícios devidos serão pagos diretamente aos aposentados, pensionistas e aos dependentes, ressalvado os casos de menores de idade, ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando serão pagos a tutor ou a procurador, conforme o caso sendo que para este ultimo o mandato não terá prazo superior a seis meses podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo único. O benefício devido ao dependente civilmente incapaz será pago ao seu representante legal, admitindo-se na falta deste e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro legitimo, civilmente capaz, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 38 O valor não recebido em vida pelo beneficiário só será pago a seus dependentes habilitados na forma do art. 9º desta lei ou na falta deles, a seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventario ou arrolamento.

Art. 39 Salvo quanto ao desconto autorizado por esta lei ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 40 Sem prejuízo do direito aos benefícios, prescreve em 5 (cinco) anos o direito as prestações não pagas ou reclamadas na época própria ressalvados os direitos dos incapazes ou dos ausentes na forma da lei civil.

Sessão II

Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 41 O provento de aposentadoria e a pensão serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referencia para a concessão da pensão na forma da lei.

Sessão III

Da Gratificação Natalina

Art. 42 - A gratificação natalina será devida aos segurados aposentados e pensionistas em valor equivalente ao respectivo benefício referente ao mês de dezembro de cada ano.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

§ 1º na hipótese da ocorrência de fato extintivo do benefício, o cálculo da gratificação natalina obedecerá a proporcionalidade da manutenção do benefício no correspondente exercício, equivalendo cada mês decorrido, ou fração de dias superior a quinze, a 1/12 (um doze avos).

§ 2º A gratificação de que trata o caput deste artigo poderá ser paga antecipadamente dentro do exercício financeiro à ela correspondente, desde que autorizada pelo Conselho de Administração.

TÍTULO III

DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS

DO MUNICIPIO DE BOM JARDIM

CAPITULO I

Da Criação, Natureza Jurídica, Sede e Foro

Art. 43 Fica criado o INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS do município de Bom Jardim - BOM PREVI, entidade funcional com personalidade jurídica de direito público, integrante da administração indireta do Município, com autonomia administrativa e financeira, nos termos desta Lei.

Art. 44 O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim - BOM PREVI, tem sede e foro na cidade de Bom Jardim.

Art. 45 O BOM PREVI é o órgão responsável pela administração do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim, com base nas normas gerais de contabilidade e atuaria de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial bem como gerir os seus recursos financeiros.

Art. 46 O prazo de sua duração é indeterminado.

Art. 47 O exercício social coincidirá com o ano civil e , ao seu termino, será levantado balanço da fundação.

Art. 48 Compete ao BOM PREVI contratar instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidos das reservas técnicas, exigibilidade relativa aos programas previdenciários e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, gerir a folha e cancelamento dos benefícios de aposentadoria dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos benefícios que trata esta Lei. Desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

CAPITULO II

Dos Órgãos

Art. 49 A estrutura técnico-administrativa do BOM PREVI compõe-se dos seguintes órgãos:

- I. Conselho de Administração;
- II. Diretoria Executiva; e
- III. Conselho Fiscal.

§ 1º Não poderão integrar o Conselho de Administração, Diretoria Executiva ou o Conselho Fiscal do BOM PREVI, ao mesmo tempo representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o segundo grau.

§ 2º Os representantes que integrarão os órgãos de que se trata captu deste artigo, serão escolhidos, sempre que possível, dentre as pessoas com formação superior, de reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, contabilidade, engenharia e direito, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º Sem prejuízo da permanência no exercício do cargo ate a data de investidura de seus sucessores, que devera ocorrer até 30 (trinta) dias contados da data da designação, os membros desses órgãos terão seus mandatos cessados quando do termino do mandato do Chefe do Poder Executivo que os designou.

Seção I

Do Conselho de Administração

Art. 50 O Conselho de Administração, órgão de deliberação e orientação superior do BOM PREVI, ao qual incube fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas.

Art. 51 O Conselho de Administração contará com 7 (sete) membros titulares e 3 (três) suplentes, nomeados mediante portaria do Chefe do Poder Executivo e, assim composto: (Nova redação dada pela LC 99/08).

I - O Secretário de Planejamento e Gestão Municipal, o Secretário Municipal de Fazenda, o responsável pelo Controle Interno, este último, do Poder



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Legislativo ou Executivo Municipal e. o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bom Jardim são membros nato do Conselho;

II - 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais dentre os servidores efetivos da ativa ou servidores inativos e 1 (um) suplente indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - O mandato dos membros referidos nos incisos anteriores se exaure com o mandato da Diretoria Executiva.

“§2º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho de Administração, esta será substituída por seu suplente.

“§3º O Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter prioritário, trimestralmente, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros ou quando convocados pelo Conselho Fiscal.”

“§4º O quorum mínimo para a instalação do Conselho será de 5 (cinco) membros.”

“§5º Os membros do Conselho de Administração, bem como, os respectivos suplentes não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem no exercício da função.”

(Nova Redação dada pela LC 99/08)

Subseção I

Da Competência do Conselho de Administração

Art. 52 Compete, privativamente, ao Conselho de Administração:

- I. aprovar e alterar o regimento interno do próprio Conselho de Administração;
- II. estabelecer a estrutura técnico-administrativa do BOM PREVI, podendo, se necessário;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

- III. aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do BOM PREVI;
- IV. participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recurso;
- V. autorizar o pagamento antecipado da gratificação natalina;
- VI. estabelecer normas gerais de contabilidade atuaria, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto;
- VII. autorizar a aceitação de doações;
- VIII. determinar a realização de inspeções e auditorias;
- IX. acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários;
- X. autorizar a contratação de auditores independentes;
- XI. apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;
- XII. estabelecer os valores mínimos e, litígio, acima doas quais será exigida anuência previa do Procurador Geral do Município;
- XIII. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XIV. autorizar a contratação de que trata o art. 49 desta Lei;
- XV. autorizar a Diretoria Executiva a adquirir, alienar, hipotecar ou gravar com quaisquer ônus reais os bens imóveis do BOM PREVI, bem como prestar quaisquer outras garantias;
- XVI. apreciar recurso interpostos do atos da Diretoria de Administração.

Das Atribuições do Presidente do Conselho de Administração

Art. 53 São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- I. dirigir e coordenar as atividades do Conselho;
- II. convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;
- III. designar o seu substituto eventual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

IV. encaminhar os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais de BOM PREVI, para deliberação do Conselho de Administração, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;

V. avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pendentes ao BOM PREVI;

VI. praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.

Seção IV

Da Diretoria Executiva

Art. 54 A Diretoria Executiva, é o órgão superior de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim - BOM PREVI.

Art. 55 A Diretoria Executiva será composta de um Diretor-Presidente, um Assessor Jurídico, um Assessor Administrativo Previdenciário e um Assistente Administrativo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.”

“§1º - O Diretor - Presidente deverá ser escolhido entre os servidores inscritos no regime de que trata esta lei desde que conte, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício em cargo público e detenha conhecimento compatível com o cargo a ser exercido, bem como, atenda as exigências do Ministério da Previdência e Assistência Social para o exercício do cargo.”

“§2º - O Diretor - Presidente será substituído, nas ausências e impedimentos temporários por servidor efetivo nas condições previstas no parágrafo anterior.”

“§3º - A remuneração dos cargos da Diretoria Executiva corresponde aos valores e aos símbolos fixados no Anexo I da presente Lei, compatíveis com os do Quadro de Provimento de Cargos Comissionados da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Ar. 56 A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, com o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, ou, extraordinariamente, quando convocados pelo Diretor - Presidente.” (Nova Redação dada pela EC 99/08).

Subseção I

Das Competências da Diretoria Executiva

Art. 57 Compete a Diretoria Executiva:

- I. cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e a legislação da Previdência Município;
- II. submeter ao Conselho de Administração a política e diretrizes de investimentos das reservas garantidoras de benefícios do BOM PREVI;
- III. decidir sobre os investimentos das reservas garantidoras de benefícios do BOM PREVI, observada a política e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- IV. submeter as contas anuais do BOM PREVI para deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;
- V. submeter ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Auditoria Independente, balanços, balancetes mensais, relatórios semestrais da posição em títulos e valores e das reservas técnicas, bem como quaisquer outras informações e demais elementos de que necessitam no exercício das respectivas funções;
- VI. julgar recursos interpostos dos atos prepostos ou dos segurados do regime de previdência de que se trata esta Lei;
- VII. Expedir as normas gerais reguladoras das atividades administrativas do BOM PREVI;
- VIII. Decidir sobre a celebração dos acordos, convenio e contratos em todas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Subseção Única

Das Competências

Art. 58 Ao Diretor-Presidente compete:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação que compõe o regime de previdência de que e trata esta Lei;
- II. convocar as reuniões da Diretoria, presidir e orientar os respectivos trabalhos, mandando lavrar as respectivas atas;
- III. designar, nos casos de ausências ou impedimentos temporários do Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário, o servidor que o substituirá;
- IV. representar o BOM PREVI em suas relações com terceiros;
- V. elaborar o orçamento anual e plurianual do BOM PREVI;
- VI. construir comissões;
- VII. celebrar, conjuntamente com os Diretores, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- VIII. autorizar, conjuntamente com os Diretores, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do Instituto e com os do patrimônio geral do BOM PREVI, observando o disposto no art. 51 desta Lei;
- IX. avocar pó exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao BOM PREVI.

“X - conceder os benefícios previdenciários de que trata esta Lei;”

“XI - promover os reajustes dos benefícios na forma do disposto nesta Lei;”

“XII - administrar e controlar as ações administrativas do BOM PREVI;”

“XIII - acompanhar e controlar a execução do plano de benefícios deste regime de previdência e do respectivo plano de custeio atuarial, assim como as respectivas reavaliações;”

“XIV - aprovar os cálculos atuariais;”

“XV - praticar os atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

“XVI - avaliar a performance da gestão das aplicações financeiras e investimentos;”

“XVII - elaborar a política e diretrizes de aplicação e investimentos dos recursos financeiros a ser submetido ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal e;”

“XVIII - administrar os recursos humanos e os serviços gerais, inclusive quando prestados por terceiros.”

(Nova Redação dada pela EC 99/08)

“Art. 59 Ao Assessor Administrativo Previdenciário compete:”

“I - praticar atos referentes a inscrição no caráter de segurados inativos, dependentes e pensionistas, bem como a sua exclusão do mesmo cadastro;”

“II - gerir e elaborar a folha de pagamentos dos benefícios previdenciários e de pessoal administrativo;”

“III - controlar as ações referentes aos serviços gerais de almoxarifado e patrimônio;”

“IV - controlar e disciplinar os recebimentos e pagamentos;”

“V - acompanhar o fluxo de caixa do BOM PREVI, zelando pela sua solvabilidade;”

“VI - administrar os bens pertencentes ao BOM PREVI;”

“VII - controlar as ações referentes aos serviços gerais informatizados de gestão de documentos e;”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

“VIII - controlar as ações referentes aos serviços gerais de perícia médica sob a responsabilidade do BOM PREVI.”

(Nova Redação dada pela EC 99/08)

“Art. 59-A Ao Assessor Jurídico compete:

“I - Prestar consultoria aos demais membros titulares e aos auxiliares que integram a estrutura administrativa submetida a sua apreciação;”

“II - Fazer carga dos processos judiciais junto aos cartórios, prefeitura municipal e tribunais;”

“III - Cargo a ser ocupado por profissional com formação em direito e devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;”

“IV - Assessorar a Presidência nos assuntos técnicos e jurídicos;”

“V - Elaborar ou examinar minutas de editais, contratos, acordos ou convênios de interesse do BOM PREVI;”

“VI - Emitir parecer de natureza jurídica sobre os mais variados assuntos submetidos a exame;

“VII - Representar o BOM PREVI nas ações judiciais de que seja parte e;”

“VIII - Emitir parecer em todos os processos de concessão de benefícios e nos demais processos de interesse do órgão quando solicitado.”

(Acrescentado pela LC 99/08)

“Art. 59-B Ao Assistente Administrativo compete:

“I - Prestar serviços de natureza técnica e administrativa a Diretoria Executiva do Bom Previ;”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

“II - Coordenar e auxiliar os Órgãos e Setores do Bom Previ no campo da informática, com relação a instalação, funcionamento, aquisição e manutenção de computadores, programas e assuntos correlatos;”

“III - Auxiliar em todas as atividades administrativas do Bom Previ relacionadas aos setores de protocolo, tesouraria, compensação financeira previdenciária e perícia médica;”

(Acrescentado pela EC 99/08)

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 60 O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim - BOM PREVI.

Art. 61 O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo designados pelo Poder Executivo, sendo um representante dos servidores ativos, um dos inativos e um do poder legislativo.

§ 1º Exercera a função de presidente do Conselho Fiscal um dos conselheiros efetivos eleito entre seus pares.

§ 2º No caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho Fiscal será substituído pelo conselheiro que por ele designado.

§ 3º Ficando vaga a presidência do Conselho Fiscal, caberá aos conselheiros em exercício eleger, entre seus pares, aquele que preencher o cargo ate a conclusão do mandato.

§ 4º No caso de ausência ou impedimento de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.

§ 5º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal o respectivo suplente assumira o cargo ate a conclusão do mandato.

§ 6º Perdera o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo conselho.

§ 7º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

§ 8º O quorum mínimo para a instalação de reunião do Conselho Fiscal é de 3 (três) membros.

§ 9º As Decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 3 (três) votos favoráveis.

§ 10º Os membros do Conselho Fiscal não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

§ 11º Os procedimentos relativos a organização das reuniões e ao funcionamento do Conselho Fiscal encontram-se dispostos no regimento interno.

Seção V

Da Competência do Conselho Fiscal:

Art. 62 Compete ao Conselho Fiscal

- I. eleger o seu presidente;
- II. elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;
- III. examinar os balancetes e balanços do BOM PREVI, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV. examinar livros e documentos;
- V. examinar quaisquer operações ou atos de gestão do BOM PREVI;
- VI. emitir parecer sobre os negócios ou atividades do BOM PREVI;
- VII. fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII. requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX. lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X. remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do BOM PREVI, bem como dos balancetes;
- XI. praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XII. sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

Parágrafo único Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.

CAPITULO III

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 63 O patrimônio do BOM PREVI é autônomo, livre e desvinculado de qualquer fundo do Município e será constituído de recursos arrecadados na forma do art. 67 e direcionado exclusivamente elencados no art. 4º desta Lei.

Parágrafo único O patrimônio do BOM PREVI será formado de:

- I. bens moveis e imóveis, valores e rendas;
- II. os bens e direitos que, a qualquer titulo, lhe sejam adjudicados e transferidos;
- III. que vierem a ser constituídos na forma legal.

Art. 64 A inobservância do disposto neste Capitulo constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis as sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei federal.

Art. 65 Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar, pelas modalidades em lei, bens ou imóveis ao BOM PREVI.

Seção única

Origens dos recursos

Art. 66 Os recursos do BOM PREVI originam-se das seguintes fontes de custeio:

- I. contribuições sociais do Município de Bom Jardim, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações publicas empregadoras;
- II. contribuições sociais dos segurados;
- III. rendimento das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;
- IV. alugueis e outros rendimentos não financiados do seu patrimônio;
- V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;
- VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

- VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação ao Município ou a outrem;
- VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimentos previdenciários na forma da legislação específica;
- IX. dotações orçamentárias;
- X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;
- XI. doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;
- XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Parágrafo único. As contribuições e quaisquer outras importâncias devidas ao BOMPREVI por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao Instituto.

Art. 67 Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta Lei e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias e das pensões, o Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais visando assegurar ao BOM PREVI alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras reveladas pelo plano de custeio.

Art. 68 Sem prejuízo de deliberação do Conselho de Administração, e em conformidades com a Lei nº. 4.320/64 e alterações subseqüentes, o BOM PREVI poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação a cargo de empresa especializada e legalmente habilitada.

§ 1º Verificada a viabilidade econômico-financeiro aferida no laudo de avaliação, o Conselho de Administração terá prazo de 60 (sessenta) dias para deliberar sobre a aceitação dos bens oferecidos.

Art. 69 A alienação de bens imóveis, com ou sem benfeitoria, integralizados ao patrimônio do BOM PREVI, deveser precedida de autorização do Conselho de Administração.

Parágrafo único. A alienação não poderá ser a cada ano superior a 15% (quinze por cento) do valor integralizado em bens imóveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

CAPITULO IV

Das aplicações financeiras

Art. 70 As aplicações das reservas técnicas garantidoras dos benefícios previdenciários de que e trata esta Lei serão efetuadas em conformidades com a política e diretrizes de aplicação dos recursos financeiros do BOM PREVI aprovada pelo Conselho de Administração, de modo a garantir a otimização da combinação de risco, rentabilidade e liquidez.

Parágrafo único. A política e diretrizes de investimentos dos recursos financeiros do BOM PREVI serão elaborados em observância as regras de prudência estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 71 Ao Instituto é vedado:

- I. a utilização de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, a entidades da Administração direta e aos respectivos segurados;
- II. atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança aval, ou obrigarse por qualquer outra modalidade.

CAPITULO V

Plano de custeio

Art. 72 O regime de Previdência estabelecido por esta Lei será custeado mediante recursos de contribuições do Município de Bom Jardim, por seus Poderes, pelas suas Autarquias e Fundações Públicas e outros Órgãos empregadores do município e dos segurados ativos, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuído, na forma das Seções I e II, deste Capítulo.

Parágrafo único. O plano de custeio descrito no capítulo deste artigo deveser revisto, a cada exercício, objetivando atender as limitações impostas pela legislação vigente.

Seção I

Contribuição do Segurado

Art. 73 Constituirá fato gerador das contribuições para o Regime de Previdência do Município, a percepção efetiva ou a aquisição por estes da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos cofres públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas tomando-se como base de cálculo as parcelas previstas no Capítulo III do Título I desta Lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

§ 1º A contribuição mensal dos segurados para o Regime de Previdência de que se trata esta Lei, obedecera, para efeito de incidência, alíquota estabelecida por intermédio de calculo atuarial, conforme definido em lei especifica.

§ 2º Para o calculo das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina, será observada a mesma alíquota.

§ 3º Fica dispensado da contribuição para o Regime de Previdência de que se trata esta Lei, o segurado que completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade.

Seção II

Da Contribuição do Município

Art. 74 A contribuição do Município e dos demais órgãos empregadores do município. Para o BOM PREVI, não poderá exceder, a qualquer titulo, o dobro da contribuição do segurado.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição de que se trata o caput deste artigo será estabelecida por meio de calculo atuarial e contara de lei especifica.

Art. 75 O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no Regime de Previdência, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O Município é responsável pela integralização dos recursos necessários para a cobertura dos benefícios de que o artigo 37 desta Lei.

Art. 76 O aporte adicional previsto atuarialmente, assim como as transferências referentes à amortização de eventuais déficits verificados no Regime de Previdência do Município, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 75 desta Lei.

§ 1º - O déficit atuarial apurado na data de criação do BOM PREVI poderá ser amortizado e, m ate 35 (trinta e cinco) anos, cujo saldo remanescente será atualizado pela variação de IGP-DI, verificada entre a data da apuração e do efetivo recolhimento, acrescidos da taxa de juros reais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito especial no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) para constituição do Instituto de Previdência de que trata esta Lei, a titulo de aporte inicial previsto no art. 17, § 2º, da Portaria Ministerial nº. 4.991, de 5 de fevereiro de 1999, devendo o mesmo ser integralizado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

§ 3º - Ficam os Poderes Executivos e Legislativos obrigados, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, a efetuarem o repasse do saldo remanescente a título de contribuições previdenciárias do fundo de previdência extinto pela Lei Complementar nº. 37, de 24 de outubro de 2000, após a devida correção, valor a ser deduzido do déficit atuarial apurado, independentemente do aporte inicial previsto no parágrafo anterior.

Art. 77 A contribuição dos órgãos empregadores do Município, autarquias e fundações públicas, para o BOM PREVI serão constituídas de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

CAPITULO VIII

Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições

Art. 78 A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao Regime de Previdência do Município deverão ser efetuados até o quinto dia útil do mês subsequente ao que efetuar o desconto das respectivas contribuições.

Art. 79 O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições dos segurados devidas ao Regime de Previdência do Município criado por esta Lei que deixar de retê-las ou de recolhê-las no prazo legal será objetiva e pessoalmente responsável, na forma prevista no artigo 135, incisos II e III do Código Tributário Nacional, pelo pagamento dessas contribuições e das penalidades cabíveis sem prejuízo da sua responsabilidade administrativa, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e das responsabilidades do Poder, órgão autônomo, autarquias ou fundações públicas municipais a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

Art. 80 Mediante acordo celebrado com o Município contendo cláusula em que seja autorizado, quando houver inadimplência deste prazo superior a 30 (trinta) dias, será efetuada a retenção do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassado ao Instituto o valor correspondente às contribuições sociais e seus devidos acréscimos legais.

Art. 81 As contribuições pagas em atraso, bem como os possíveis parcelamentos pactuados após a vigência desta lei, oriundos de débitos com o Regime Próprio de Previdência, sujeitar-se-ão à atualização pela TR-mensal (taxa referencial), além da cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso e multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, todos de caráter irrelevável, sem prejuízo da responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e legislação aplicável. (Redação alterada pela LC 074/2006)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

CAPITULO VII

Sobrecarga Administrativa

Art. 82 A sobrecarga para custeio administrativo do regime próprio de previdência, a ser definida em, lei específica, não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração dos servidores do Município.

TITULO IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 83. Na hipótese de extinção do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim, bem como do Fundo de Previdência, o que somente ocorrerá se demonstrada sua inviabilidade através de estudo atuarial realizado por empresa de comprovada idoneidade e capacitação técnica, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem com daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente a extinção desse regime.

Art. 84 Ao segurado que tiver sua inscrição cancelada conforme disposto no art. 8º desta Lei, será fornecido, pelo Instituto, Certidão de Tempo de Contribuição na forma da legislação vigente.

Art. 85 Lei específica disporá sobre o regime de previdência complementar para os servidores municipais, observado o contido no § 14, 15 e 16 do art. 40 e no art. 202 d Constituição Federal e legislação infraconstitucional correlata.

Art. 85 B - O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim - Bom Previ adotará as medidas administrativas cabíveis para implantação do setor de benefícios para a concessão dos benefícios de que trata esta lei, que será objeto de regulamento. **(Redação dada pela L.C. 088)**

Art. 86 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 87 Revogam-se as disposições em contrário.

Celso Jardim
Prefeito Municipal